



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Plano de Gestão Anual 2022

Sumário

Mensagem da Diretoria	3
Breve Descrição da Estratégia	5
Metas e Benefícios Esperados para 2022	7
Áreas Prioritárias de Atuação	35
Alocação de Recursos	37
Agenda Regulatória 2022	39
Monitoramento da Estratégia	41
Plano de Comunicação Integrada da ANA	42
Lista de Siglas	43

Mensagem da Diretoria

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA precisará empreender esforços em 2022 para garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do país, sobretudo, após a situação de escassez hidroenergética vivida em 2021 nos principais reservatórios do país integrantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A retomada gradual das atividades econômicas pós-pandemia da Covid-19 sinaliza um possível aumento das demandas por água para a agricultura, a geração de energia, a indústria, o turismo, a ampliação das hidrovias como modal de transporte, entre outras atividades.

Soma-se à transição do exercício 2021 para 2022, a recomposição da Diretoria Colegiada que já está com uma vacância e o fim do mandato de outros três diretores no mês de janeiro, o que torna esse planejamento um instrumento ainda mais relevante para a continuidade da prestação do serviço público da Agência. Cabe ressaltar que 2022 é o último ano do ciclo desse planejamento estratégico e o ano de elaboração do futuro da agência nos próximos quatro anos.

As operações da Agência e as iniciativas estratégicas para o ano de 2022 foram construídas com as lideranças de todas as unidades organizacionais da ANA e planejadas de maneira estruturada para responder às dificuldades esperadas e às necessidades desses esforços adicionais. As atividades planejadas consideram a recomposição de equipe de trabalho e a ampliação do número de servidores com vistas à implantação do novo marco legal do saneamento.

Os principais destaques deste Plano de Gestão são:

- ✓ as medidas de regras de operação para garantir o reenchimento dos reservatórios e os usos múltiplos da água, acompanhados pelos atores envolvidos por meio das “Salas de Crise” e de “Acompanhamento das regras de operação dos reservatórios”;
- ✓ o fortalecimento da qualidade regulatória, com a consolidação do ciclo regulatório, garantindo a participação social ao longo do processo;
- ✓ os esforços para a coleta de dados e informações, somados a publicação de estudos que trarão os panoramas gerais acerca da quantidade de água disponível no país e os respectivos níveis de qualidade;
- ✓ a atuação regulatória que visa a uniformização regulatória do setor de Saneamento tem conseguido alguns avanços, contudo, a ANA ainda depende da ampliação do número de servidores e a adequação de perfis profissionais destes servidores a fim de que Agência contribua efetivamente para o alcance da universalização dos serviços de saneamento e a ampliação da concorrência no setor; e por fim
- ✓ a ANA continuará inovando na atuação compartilhada com os estados, na construção do balanço hídrico integrado, em ações de fiscalização, na atuação regulatória e na forma de comunicação.

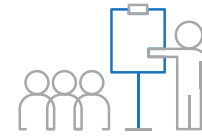
A ANA, em 2022, reafirma o compromisso de manter o direcionamento estratégico e o monitoramento da gestão como uma boa prática de governança por meio da liderança, estratégia, controle e operações (gestão de pessoas; gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação; gestão das contratações e gestão orçamentária), como foi reconhecido pelo Tribunal de Contas da União - TCU na apuração do Índice de Governança Pública - IgG de 2021, no qual a Agência avançou para o nível aprimorado de governança.

Dessa maneira, por meio do Plano de Gestão Anual – PGA 2022, a ANA uma vez mais se apresenta à sociedade brasileira como instituição sólida e capaz de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e promover a uniformização regulatória do setor de Saneamento. Nossos projetos e iniciativas permitirão regular o acesso à água, fiscalizar seus usos e a segurança de barragens e definir normas de referência para o setor de saneamento que permitam um adequado ambiente para investimentos públicos e privados, sempre com vistas ao alcance da universalização do acesso, pelos cidadãos, aos serviços de saneamento básico.

Breve Descrição da Estratégia

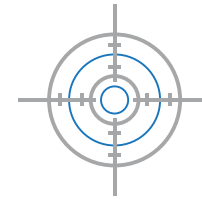
Em 2022, a ANA dará continuidade a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, o fortalecimento dos entes do SINGREH, a regulação e fiscalização de usos e segurança de barragens e a implementação de processos de trabalho que visem a consolidação das normas de referência do setor de Saneamento Básico.

No último ano do seu atual Planejamento Estratégico Institucional – PEI (2019-2022), a ANA mantém sua missão; visão e valores, e elabora suas metas tendo em vista seus onze objetivos contidos no mapa estratégico.



Missão

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Visão

Ser referência na gestão e na regulação do acesso à água.



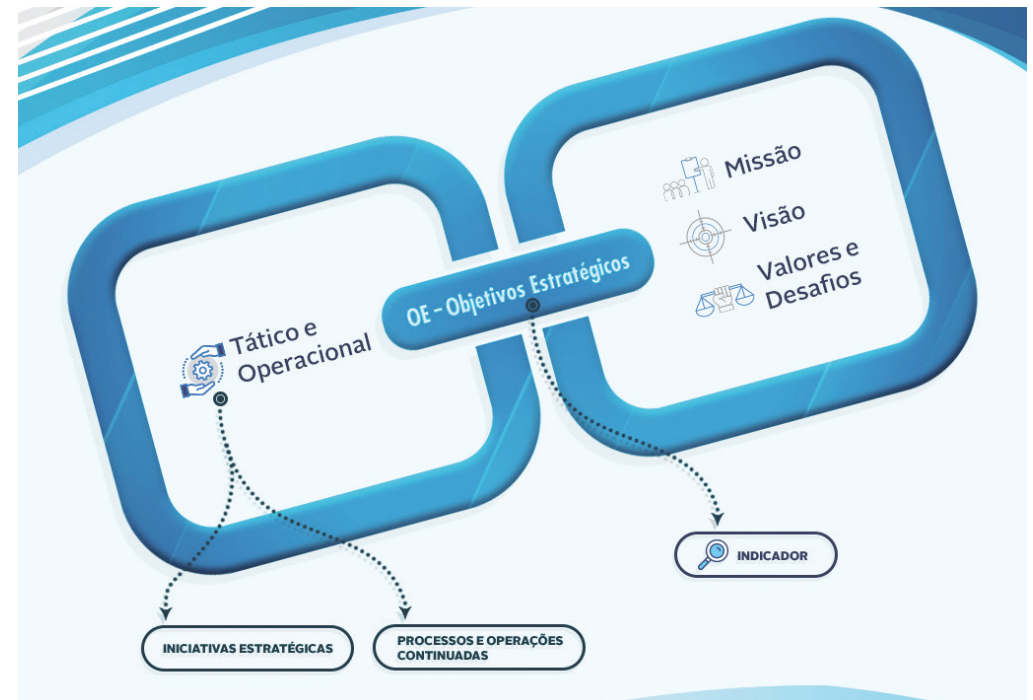
Valores

- Integridade
- Compromisso
- Transparência
- Excelência Técnica
- Cooperação



O PGA representa o planejamento anual consolidado da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para o ano de 2022. Composto por metas a partir das Iniciativas Estratégicas (IE) e dos Processos e Operações Continuadas (POC), desdobrados a partir dos seus onze objetivos estratégicos.

O PGA 2022, a Agenda Regulatória e o Orçamento foram construídos de forma integrada e colaborativa com todas as Unidades Organizacionais da ANA.



Metas e Benefícios Esperados para 2022

A seguir, serão apresentadas as Iniciativas Estratégicas (IE) e os Processos e Operações Continuadas (POC) previstos em cada um dos Objetivos Estratégicos, com as respectivas metas e benefícios esperados.



Iniciativa Estratégica



Processo e Operação
Continuada

Objetivo Estratégico 1

Eventos Críticos

Prevenir e minimizar os impactos
de eventos críticos



Monitor de Secas

Meta

- Expandir o Monitor de Secas de 21 para 24 estados.
- Realizar 2 eventos de capacitação no âmbito de Monitor de Secas: um de validação e outro de autoria.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Identificar a extensão e o grau de severidade de secas e estiagens, melhorando a capacidade de resposta a esses eventos.



Protocolo para eventos críticos

Meta

- Elaborar protocolo para integrar a sala de situação da ANA com as salas de situação estaduais.
- Realizar estudo para avaliar as alternativas para flexibilizar as restrições operativas das usinas hidrelétricas decorrentes de usos múltiplos.

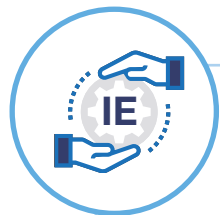
UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE e SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Melhorar a comunicação entre a sala de situação da ANA e as salas estaduais, principalmente, na ocorrência de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações).
Otimização da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN.

OBJETIVO 1



Eventos Hidrológicos Críticos

Meta

- Assinar novo acordo de cooperação técnica da sala de situação com os estados PE, AL, PB e PI.
- Definir cotas de inundação para os 34% das estações da rede de alerta que restam.
- Realizar workshop das salas de situação estaduais.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Identificar possíveis impactos de secas e inundações, possibilitando a adoção de medidas de mitigação e adaptação a esses eventos.
Promover o intercâmbio de informações e experiências entre as salas estaduais e discussão sobre possíveis melhorias nos produtos delas.

Objetivo Estratégico 2A

Regulação de usos de recursos hídricos

Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.



Definição de Condições de Operação de Sistemas Hídricos

Meta

- Definir condições de operação de reservatórios para 3 sistemas hídricos: Paranapanema, Grande e Paranaíba.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Aumentar a segurança hídrica em sistemas prioritários, garantindo os usos múltiplos da água.



Fiscalização de operação de reservatórios

Meta

- Verificar o cumprimento de condições de operação e reenchimento de reservatórios de usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) definidas em outorgas ou resoluções da ANA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE

META FISCALIZAÇÃO

Benefícios Esperados

Assegurar o atendimento a regras de operação de reservatórios.



Regulação de Usos de Recursos Hídricos

Meta

- Concluir a análise técnica de 90% dos pedidos de outorga recebidos.
- Elaborar estudo para a avaliação preliminar dos impactos dos aproveitamentos hidrelétricos previstos no inventário do setor elétrico sobre os usos múltiplos (qualidade de água, hidrovia, remanso, usos a montante e outras questões).
- Avaliar 200 usuários para fins de identificação de inatividade de uso de água.
- Realizar alocações de água em cerca de 40 Sistemas Hídricos Locais - SHL e delegação para os estados onde cabível.
- Promover iniciativas para fomentar a sustentabilidade de infraestrutura hídrica da União em SHL prioritários.
- Apoiar a recuperação emergencial de infraestruturas hídricas estratégicas em SHL prioritários.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SPR e SOE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Os usuários terão seus pedidos de outorga examinados de maneira célere.

Diminuição dos impactos dos AHE sobre os usos múltiplos, por meio da indicação para o setor elétrico do impacto dos AHE previstos no inventário, visando a priorização daqueles com menor impacto.

Aumento da disponibilidade hídrica para novos usuários por meio da revogação ou alteração das outorgas.

Garantia de atendimento aos usos múltiplos; previsibilidade das regras de uso e favorecimento do planejamento dos usuários em caso de restrição de uso; indicação dos compromissos para o sucesso da alocação.

Infraestruturas hídricas operadas e mantidas de forma adequada para cumprirem a sua função de atendimento aos usos múltiplos.

Infraestruturas hídricas recuperadas para cumprimento as regras de uso da água estabelecidos nos marcos regulatórios e alocações visando o atendimento aos usos múltiplos.

OBJETIVO 2A



Delegação de atividades de Fiscalização

Meta

- Implantar a delegação de atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União em uma UF.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META FISCALIZAÇÃO

Benefícios Esperados

Aumentar a capacidade de atuação da ANA no controle, na regularização e no incremento da eficiência dos usos da água nos sistemas hídricos locais prioritários e bacias hidrográficas críticas.



Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos

Meta

- Verificar, por meio de imagens de satélite, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto de usuários que representam 80% da demanda total outorgada ao longo do rio Piranhas-Açu (PB/RN), no entorno do açude Boqueirão (PB) e na bacia do rio São Marcos (MG/GO).
- Verificar, por meio de monitoramento via DAURH, DeclaraÁgua ou telemetria, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto de usuários que representam 80% da demanda total outorgada em corpos hídricos de domínio da União em bacias críticas ou prioritárias: Javaés (TO/GO), Verde Grande (MG/BA), Pardo (Machado Mineiro MG/BA), São Marcos (MG/GO), Paraíba do Sul(RJ), PCJ(SP), São Francisco (MG/BA) e Doce(MG/ES).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META FISCALIZAÇÃO

Benefícios Esperados

Reduzir riscos de desatendimentos às demandas de água, aumentar níveis de atendimento às regras existentes e reduzir níveis de poluição hídrica.



Acompanhamento dos usos de Recursos Hídricos

Meta

- Realizar o levantamento de áreas irrigadas por meio de imagens de satélite para apoiar o cadastro georeferenciado, a regularização e o monitoramento na bacia hidrográfica do rio Preto (GO/DF).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META FISCALIZAÇÃO

Benefícios Esperados

Aumentar o nível de conhecimento sobre a demanda existente e permitir o monitoramento dos usos da água por sensoriamento remoto.



Transparência do balanço hídrico

Meta

- Integrar procedimentos e critérios de outorga na bacia do São Marcos (ANA e os estados MG, GO e DF) e com estado de Goiás (ação 2.1.1. do PNRH).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Dar maior celeridade na regularização dos usos de recursos hídricos de domínio federal e estadual e diminuir o custo regulatório, por meio da unificação das bases hidrográficas, integração dos dados de outorga dos usuários e realização de balanço hídrico conjunto em bacias com múltiplos domínio.

OBJETIVO 2A



Regulação de Segurança de Barragens

Meta

- Publicar o Relatório de Segurança de Barragens 2021.
- Classificar 50 barragens a partir da estimativa de sua altura e volume.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Um panorama da evolução da segurança das barragens brasileiras e da implementação da PNSB disponível para a sociedade. Barragens enquadradas na Lei 12.334/2010 e conhecimento do seu possível dano em caso de ruptura e a categoria de risco da barragem.



Fiscalização de Segurança de Barragens

Meta

- Verificar e exigir dos empreendedores das barragens avaliadas com o Nível de Perigo Global da Barragem (NGPB) alerta ou emergência, ou classificadas como de alto risco e alto dano potencial associado, o cumprimento da legislação de segurança de barragens quanto à execução de inspeções regulares e elaboração de planos de segurança.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META FISCALIZAÇÃO

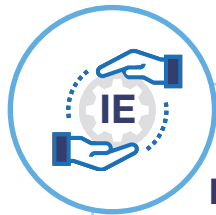
Benefícios Esperados

Aumentar a segurança das barragens de responsabilidade de fiscalização da ANA.

Objetivo Estratégico 2B

Regulação de serviços

Estabelecer normas de referência para o setor de saneamento básico e garantir a efetividade e eficiência regulatória dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta.



IE normas de referência para o Saneamento Básico

Meta

- Publicar 80% das Normas de Referência para o Saneamento Básico.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRS e SEC

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Executar ações de coordenação regulatória.



Plano de Adaptação da ANA

Meta

- Implementar 80% das ações previstas no Plano de Adaptação da ANA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRS e SEC

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Nova estrutura de saneamento da ANA implementada.



Estudos de apoio à Regulação do Saneamento

Meta

- Realizar 10 estudos sobre os componentes do saneamento básico.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRS e SEC

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Estudos realizados dando suporte às ações da ANA.



Regulação de Serviços Públicos de Irrigação e Adução de Água Bruta

Meta

- Definir tarifas do PISF para 2023 e aprovar o Plano de Gestão Anual do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF de 2023.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Definição de vazão a ser entregue por ponto de entrega do PISF e dos valores a serem pagos pelos estados, caso assinem contrato e iniciem operação.



Fiscalização de Serviços de PPP e Adução de Água Bruta

Meta

- Verificar o cumprimento do Plano de Gestão Anual do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META FISCALIZAÇÃO

Benefícios Esperados

Assegurar os volumes de água entregues em cada ponto.

Objetivo Estratégico 3

Dados e informações hidrológicas

Assegurar coleta e difusão de dados quantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.



Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional

Meta

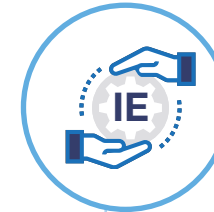
- Manter 70% das estações da RHNR operando regularmente (dados hidrológicos das estações automáticas/telemétricas publicados em tempo real).
- Executar 60% do plano de operação anual da rede hidrometeorológica mantida pela ANA (inserção de variáveis hidrológicas no banco de dados HIDRO).
- Garantir que 75% das estações da rede do setor elétrico transmitam dados em tempo real.
- Disponibilizar 40 Curvas Cota Area Volume atualizadas dos reservatórios das UHEs despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.
- Disponibilizar 90% dos dados recebidos para inserção no HIDRO.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SGH, SAF, STI e SPR

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Disponibilização de dados hidrológicos confiáveis e tempestivos à sociedade e informações disponíveis sobre a capacidade dos reservatórios operados pelo setor elétrico.



Consistência de Dados Fluviométricos

Meta

- Realizar a consistência de dados fluviométricos de 500 estações para o período de 2015 a 2021.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SGH e SAF

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Ampliar a integridade da base de dados hidrológicos para tomadas de decisão.

OBJETIVO 3



Gestão da Rede Nacional de Qualidade da Água

Meta

- Realizar 1 ensaio de proficiência por intercalibração laboratorial no âmbito do Qualiágua.
- Fiscalizar a execução de 25% dos contratos do Qualiágua.
- Cumprir 90% das metas de visitas às estações previstas nos contratos Qualiágua.
- Cumprir 80% das metas de parâmetros previstos nos contratos Qualiágua.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SGH e SAF

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Disponibilização de dados confiáveis de qualidade da água para a sociedade.



Incorporar o monitoramento de água subterrânea na RHN

Meta

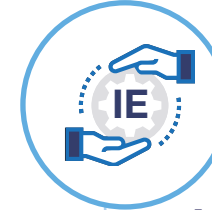
- Iniciar a operação de 20 pontos de monitoramento piezométrico na bacia do rio São Francisco e armazenar os dados na base da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP e SGH

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Dados e informações mais precisos acerca da quantidade de água disponível para o Rio São Francisco o qual é majoritariamente alimentado por água proveniente dos aquíferos nos períodos secos.



Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)

Meta

- Disponibilizar 80% dos dados dos reservatórios do SAR com defasagem máxima de 10 dias.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SOE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Consolidar os dados de monitoramento hidrológico por meio de um portal de informações.

OBJETIVO 3



Gestão da Informação sobre Recursos Hídricos

Meta

- Publicar o estudo "Mudanças Climáticas e os Recursos Hídricos".
- Disponibilizar no SNIRH todos os temas do Portal e atualizar 30% deles (requer atualização anual).
- Publicar o estudo "Quantidade de Águas Superficiais do Brasil".
- Publicar o estudo "Qualidade das Águas do Brasil".

UNIDADE RESPONSÁVEL: SPR e todas as UORGs

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Organizar informações e disponibilizá-las à sociedade.



Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB

Meta

- Implantar o novo Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRE, STI e SFI

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Apresentar informações de forma atrativa e didática para a sociedade para que se possa difundir a cultura da segurança de barragens, tornando o SNISB uma referência para consultas de dados.

Objetivo Estratégico 5

Comunicação

Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.



Plano de Comunicação Integrada

Meta

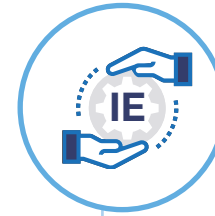
- Elaborar e implementar 60 % do plano de comunicação integrada alinhado ao plano estratégico institucional.
- Elaborar e implementar a Política de Comunicação da ANA.
- Realizar pesquisa que avalie a imagem da ANA perante seus públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL: ASCOM

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Aumentar a compreensão da sociedade sobre o papel da ANA.
Padronização das diretrizes de comunicação interna e externa
Realizar pesquisa que revele o nível de conhecimento sobre a ANA e sua atuação



Plano de ação de Linguagem Simples

Meta

- Implementar o Plano de Ação em Linguagem Simples com foco na atuação regulatória.

UNIDADE RESPONSÁVEL: ASCOM, GGES e áreas de atuação regulatória

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Melhorar a comunicação, sobretudo da atuação regulatória, emitindo informações de maneira simples e objetiva para facilitar a compreensão do público-alvo.

Objetivo Estratégico 6

Gestão planejada e integrada

Alcançar a gestão planejada e integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.



Projetos Indutores

Meta

- Atuar na implementação de 5 projetos indutores em áreas prioritárias.
- Estabelecer as diretrizes para um programa de pagamento por resultados com foco no uso sustentável da água, tendo como base a experiência com o Prodes.
- Elaborar as especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento de estudo de avaliação do potencial regional de reúso de água.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP, SAS e SPR

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Fomento e indução na implementação de projetos de conservação de água, uso racional, reúso de água e despoluição em áreas prioritárias visando a segurança hídrica.



Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos

Meta

- Definir áreas relevantes para a Gestão Integrada Rio-aquífero em 3 bacias prioritárias.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Otimizar recursos e esforços para serem empregados onde a gestão integrada rio/aquífero é prioritária.



Avaliação de Planos de Recursos Hídricos

Meta

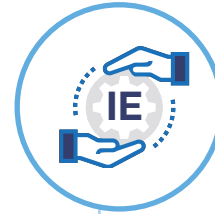
- Monitorar e/ou avaliar 5 Planos de Recursos Hídricos de Bacias Interestaduais.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP, SPR e SAS

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Efetivar o processo de monitoramento e avaliação da implementação dos Planos de Bacia e incluir esta etapa dentro do processo de planejamento e revisão dos planos.



Programa de Implementação de Planos

Meta

- Acompanhar e atualizar os 14 planos de ações de áreas prioritárias.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP, SPR, SAS, SGH, SOE, SFI e GGES

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Permitir a visualização da implementação do plano de ação pactuado e mantê-lo atualizado.

OBJETIVO 6



Elaboração de Planos

Meta

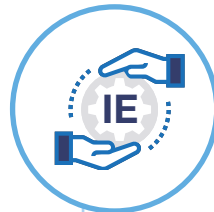
- Publicar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce.
- Publicar a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema.
- Publicar a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SPR, SIS e SAS

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Planejar a gestão dos recursos hídricos em áreas prioritárias.



Projeto de Cooperação Internacional

Meta

- Elaborar o relatório sobre a situação da qualidade da água na Bacia Amazônica no âmbito do Projeto Amazonas em parceria com a OTCA e ABC/MRE.
- Coordenar e apoiar a implementação das atividades dos 8 projetos bilaterais com países em desenvolvimento, um projeto regional/CPLP, um projeto multilateral/UNESCO e um projeto bilateral com país desenvolvido (França). Esta agenda de projetos tem vigências até 2023.
- Apoiar e coordenar novas iniciativas e parcerias internacionais (MoU Austrália; Protocolo de Intenções com Reino Unido; MoU Colômbia; parceria ANA/BIRD/Índia; participação da ANA em eventos internacionais como Fórum Mundial da Água e a Semana de Estocolmo; participação da ANA na CODIA e Rede de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP). Apoio nas tratativas com OCDE, USACE e USGS.
- Implementar a parceria com a Universidade das Nações Unidas - Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde para promover o alcance das metas do ODS 6 no Brasil e na CPLP (utilização da ferramenta SSP-ODS6; repasse da experiência para países da CPLP; articulação do tema com países latino americanos).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SIP, ASINT, SPR, SGH, SFI, SAS, STI, SAF, SRS, SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Melhorar o conhecimento sobre a qualidade da água da Bacia Amazônica.
Fortalecimento da gestão transfronteiriça dos recursos hídricos na América Latina, Caribe e CPLP.
Inserção do Brasil na agenda internacional da água.
Promoção da troca de experiências entre países de língua portuguesa para o alcance dos ODS 6.

Objetivo Estratégico 7

Fortalecimento do SINGREH

Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.



Agenda ANA para aperfeiçoamento do SINGREH

Meta

- Incorporar a “Agenda ANA para o aperfeiçoamento do SINGREH (MDR, CNRH e OGERH)” ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAS e SPR

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Estabelecer agenda positiva para o SINGREH com temas como: duplo domínio e o pacto federativo; adaptação do arranjo institucional às diversidades hidroclimáticas; sustentabilidade financeira de órgãos gestores de recursos hídricos, entre outros.



Plano de Desenvolvimento de Competências

Meta

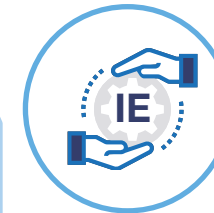
- Executar 100% do Plano de Desenvolvimento de Competências do SINGREH (PDC).
- Estruturar curso para capacitação na análise de DRDH e outorgas de aproveitamentos hidrelétricos e realizar curso de Alocação de Água e Marcos Regulatórios.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAS e SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Equipes de capacitação nos estados fortalecidas e pessoas com competências desenvolvidas para as atribuições no SINGREH. Formadores de opinião, usuários e jovens sensibilizados para o cuidado da água.



Procomitês

Meta

- Atingir 65% do alcance das metas previstas para os comitês no 3º período de certificação.

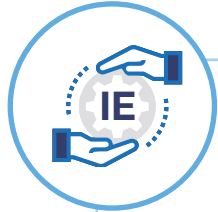
UNIDADE RESPONSÁVEL: SAS

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Colegiados fortalecidos e capazes de promover a implementação dos instrumentos da gestão e melhor equacionar os conflitos reais ou potenciais pelo uso da água.

OBJETIVO 7



Progestão

Meta

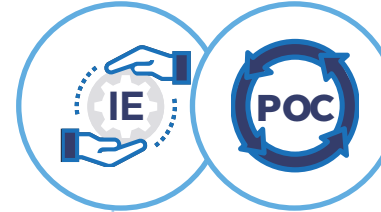
- Alcançar pelo menos 95% nas notas das metas de cooperação federativa I.1, I.4 e I.5 em 9 estados (AL, BA, DF, GO, MG, PE, PR, SE e SP).
- Alcançar níveis de exigência de pelo menos 5 das 9 variáveis apontadas no referencial básico de avaliação, elaborado pelo IPEA, em 90% dos 26 estados (todos estados, exceto RJ).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAS, SFI, SIP, SOE, SGH e SRE

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Compartilhar dados e informações dos órgãos gestores estaduais, sobretudo daqueles em áreas prioritárias. Sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos fortalecidos e atuando de forma efetiva. Organização da agenda de atuação da ANA junto aos sistemas estaduais de recursos hídricos.



Cobrança pelo uso da água

Agenda Cobrança



Meta

- Elaborar um normativo sobre o processo de recurso administrativo da cobrança pelo uso da água.
- Desenvolver estudos sobre a cobrança pelo uso da água em um área prioritária de atuação (Bacia Hidrográfica do rio Grande).
- Desenvolver estudo sobre alternativas de compensação a usuários, em rios de domínio da União, cujos usos foram restringidos em situações de seca.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAS e SAF

META OPERACIONAL

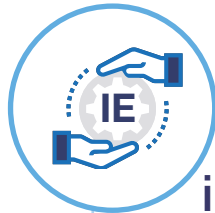
Benefícios Esperados

Ganhos de eficiência e redução de tempo de processamento da cobrança e análise de pedido de revisão e recursos. Sustentabilidade financeira do SINGREH.

Objetivo Estratégico 8

Governança Institucional

Fortalecer a governança da instituição a fim de alinhar esforços para o alcance da segurança hídrica no país.



Estruturar a implementação da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

Meta

- Implementar as ações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 pela Comissão LGPD/ANA em articulação com a encarregada pelo tratamento de dados pessoais na ANA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: OUV
Encarregada de dados e Uorgs que compõem a Comissão LGPD/ANA

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Proteger e tratar dados pessoais sensíveis.



Transparência Ativa

Meta

- Divulgar 100% dos itens da transparência ativa requeridos pela CGU no site institucional da ANA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: OUV, ASCOM e STI

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Ampliar a transparência quanto às funções e atividades da ANA.




Programa de Melhoria da Gestão

Meta

- Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional - PEI (2023-2026) com a integração dos demais instrumentos de planejamento da ANA.
- Manter os serviços de informação gerencial interna atualizados mensalmente no Portal de Governança.
- Realizar a avaliação de desempenho institucional a cada quadrimestre.
- Implementar 2 ações no âmbito do Programa de Melhoria da Gestão.

UNIDADE RESPONSÁVEL: GGES e todas UORGs da ANA

META ADMINISTRATIVA**Benefícios Esperados**

Dar clareza aos objetivos que a ANA entrega à sociedade. Estratégia da organização estabelecida e monitorada. Simplificar e/ou automatizar processos de trabalho; reduzir a burocracia; dar clareza de procedimentos; e aperfeiçoar os serviços prestados.

Programa de Qualidade Regulatória

Meta

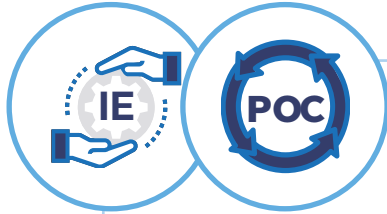
- Emitir notas técnicas com as análises de conformidade regulatória em até 3 dias úteis.
- Propor 3 projetos de consolidação de atos normativos.
- Realizar uma Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) em parceria com a área técnica.

UNIDADE RESPONSÁVEL: GGES, SRE, SOE
SIP, SFI, SGH, SPR, SAS, SEC, SRS e ASMEA

META ADMINISTRATIVA**Benefícios Esperados**

Melhoria dos processos regulatórios fortalecendo a tomada de decisão com base em evidências. Dar clareza e facilitar o acesso do usuário aos normativos da agência diminuindo o quantitativo de normas em prol da simplificação administrativa. Fortalecer a estratégia de avaliação da efetividade dos atos regulatórios da agência.

OBJETIVO 8



Gestão de Conteúdo

Meta

- Atualizar código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da ANA com as novas atribuições da ANA e com os prazos de guarda e destinação dos dados pessoais de acordo com a LGPD. (Resolução ANA 752/2017).
- Realizar 3 estudos relativos à gestão de conteúdos (implantação de repositório digital, automatizar o envio de matérias do DOU pelo Sophia, conteúdo do Sophia ser recuperado pelas buscas Google).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAF, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPADOC, STI, ASCOM e SGE

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Contribuir para a recuperação dos documentos e o cumprimento de prazos e destinação dos documentos arquivísticos.
Aperfeiçoar o acesso dos servidores e da sociedade a conteúdos relevantes.



Memória Institucional de Temas Relevantes

Meta

- Realizar Exposição virtual sobre tema relevante que gerou aprendizado institucional para a gestão de recursos hídricos. (Evolução do portal Memória da ANA).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAF, ASCOM e SGE

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Contribuir para a gestão do conhecimento e preservação da memória sobre recursos hídricos no Brasil.



Auditoria Interna

Meta

- Realizar um fórum: “III Fórum de Boas Práticas em Contratações e Gestão de Contratos”.
- Acompanhar 100% dos prazos de demandas de órgãos de controle interno e externo que passarem pela AUD.
- Realizar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT/2022.
- Implementar 30% das ações do Programa de Melhoria de Qualidade da Auditoria Interna.

UNIDADE RESPONSÁVEL: AUD e ASCOM

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Compartilhar boas práticas na governança das contratações e na gestão de contratos.

Coordenar o atendimento às demandas do TCU e CGU, de modo que a Agência responda de forma tempestiva e completa as solicitações.

Avaliação objetiva baseada em evidências sobre ações executadas no âmbito da ANA, adicionando valor aos processos de governança e gestão da Agência.

Promover uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos na AUD que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas.



Processo Decisório

Meta

- Elaborar e atualizar manuais de procedimentos das reuniões da Diretoria Colegiada e do sistema de consultas e audiências públicas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SGE

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Dar transparência e eficiência para os procedimentos envolvidos com as reuniões da Diretoria Colegiada e para os processos de participação social.



Correição e Integridade

Meta

- Aprovar o manual de procedimentos correicionais.
- Divulgar 8 mensagens mensalmente sobre o valor de integridade em múltiplas plataformas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: COR, CEDOC e ASCOM

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Padronização e Institucionalização dos Procedimentos Correicionais.
Fortalecer a cultura de integridade na Agência.



Relacionamento com o Congresso Nacional

Meta

- Realizar a gestão parlamentar e divulgar, em média, 8 informativos parlamentares por mês a partir do mês de fevereiro.

UNIDADE RESPONSÁVEL: ASPAR

META ADMINISTRATIVA

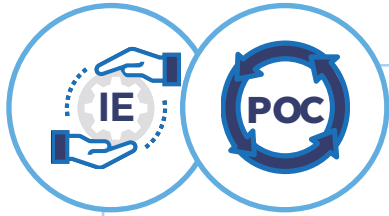
Benefícios Esperados

Informações tempestivas sobre as atividades parlamentares que podem interferir na atuação da agência.

Objetivo Estratégico 10

Alocação de recursos

Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.



Gestão da Infraestrutura de TI

Meta

- Atingir 85% do índice de satisfação dos usuários com os serviços de TIC.
- Implementar 75% do plano de ação anual do PDTIC relacionado a sistemas.
- Alcançar no mínimo 51 pontos do indicador de Segurança Cibernética (iSegCiber) segundo a metodologia do TCU. Indicador atual: 40

UNIDADE RESPONSÁVEL: STI

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Avaliar a satisfação dos usuários com os serviços de TIC visando direcionar as ações futuras.
Ampliar a capacidade de entrega de soluções de TIC.
Redução da vulnerabilidade contra ataques cibernéticos.



Orçamento e Finanças

Meta

- Concluir processo licitatório de 50% dos novos projetos previstos no orçamento até junho/2022 e iniciar o processo licitatório de 90% novos projetos até setembro/2022.
- Emitir notas técnicas com as análises de conformidade do planejamento e orçamento em até 72h.
- Empenhar 50% da dotação orçamentária da Fonte 183 até junho/2022 e 95% até o final do ano.

UNIDADE RESPONSÁVEL: GGES e todas UORGs com orçamento

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Garantir as contratações necessárias à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

OBJETIVO 10



Gestão de logística, licitações e contratos

Meta

- Reduzir 5% de restos a pagar em relação ao exercício anterior, observada a relação restos a pagar versus dotação orçamentária do atual atualizada.
- Atualizar o manual de licitação e contratos.
- Reduzir em 15% o estoque e a necessidade de áreas de armazenamento (Almoxarifado Virtual).
- Implementar o projeto de gerenciamento de acesso e segurança do complexo pelo uso de câmeras.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAF e todas UORGs com orçamento

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Aperfeiçoar e padronizar os procedimentos de contratação e reduzir os riscos operacionais.
Reduzir as áreas de estoques e a quantidade de controles administrativos.

Objetivo Estratégico 11

Gestão de pessoas

Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.



Programa de Gestão

Meta

- Implementar o Programa de Gestão no âmbito da ANA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: SAF e todas as UORGs

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Eficiência e efetividade dos serviços prestados à sociedade, promoção da qualidade de vida dos servidores e redução de custos.



Dimensionamento da força de trabalho

Meta

- Dimensionar 100% da força de trabalho no âmbito da ANA.

UNIDADES RESPONSÁVEIS: SAF e todas as UORGs

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Alocação eficiente de servidores na ANA.

Objetivo Estratégico 13

Inovação

Promover inovação de serviços, processos, projetos, tecnologias voltadas para garantir a segurança hídrica do país.



Gestão da Infraestrutura de TI

Meta

- Implementar o uso do login único do Governo Federal no sistema de regulação de usos (REGLA).
- Implementar a integração entre o sistema Próton e o barramento de processos do PEN, visando a implantação de novo sistema de documentação na ANA e integração com outros órgãos da Administração Pública Federal.
- Implementar a redundância de telecomunicações - Link Backup.
- Implementar 100% da Infraestrutura do Data Center em ambiente seguro (Container/Cofre).
- Implementar 10 novos serviços no ambiente de infraestrutura de nuvem.

UNIDADE RESPONSÁVEL: STI

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela ANA. Ganhos em agilidade, produtividade, satisfação do público usuário e redução de custos. Melhorar a disponibilidade dos sistemas, a segurança e a qualidade dos serviços prestados pela ANA.



Novas tecnologias no processo de fiscalização

Meta

- Ampliar a implantação do monitoramento remoto por telemetria nos usuários que representam 50% da demanda total outorgada pela ANA no Baixo Açu (RN) e concluir a implantação ao longo do rio Verde Grande (MG/BA).
- Ampliar a implantação do automonitoramento do uso de recursos hídricos pelo aplicativo DeclaraÁgua em 3 sistemas hídricos/bacias considerados críticos: Piranhas-Açu (PB/RN), São Francisco (MG/BA) e São Marcos (MG/GO).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SFI

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Aumentar a frequência de monitoramento, permitir maior controle e monitoramento dos usos da água, e aumentar o engajamento dos usuários no uso eficiente e regular de recursos hídricos.



Projeto de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nos processos de Gestão de Recursos Hídricos, segurança de barragens e saneamento básico

Meta

- Aprimorar o sistema Regla, no módulo de pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH e outorgas de direito de uso de recursos hídricos (Regla São Marcos, Goiás e 4.o).

UNIDADE RESPONSÁVEL: SRE e STI

META OPERACIONAL

Benefícios Esperados

Maior celeridade ao processo de regularização dos usos de recursos hídricos de domínio federal e diminuir o custo regulatório.



Programa de Inovação

Meta

- Implementar 2 projetos de inovação no âmbito do laboratório de inovação da ANA.

UNIDADES RESPONSÁVEIS: GGES e UORGs a serem definidas

META ADMINISTRATIVA

Benefícios Esperados

Contribuir para o desenvolvimento de soluções que resolvam desafios de gestão e regulação.

Áreas Prioritárias de Atuação

Para alcançar a missão de garantir a segurança hídrica ao desenvolvimento sustentável do Brasil, a ANA desenvolveu 3 perspectivas para abordar o território e, assim, definir as áreas prioritárias de atuação: Mapa de Gestão, sistemas hídricos locais e áreas de interesse para operação de reservatórios e eventos críticos.

Mapa de Gestão

A Política Nacional de Recursos Hídricos determina que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Considerando um conjunto de critérios econômicos, sociais, hidrológicos, climáticos, de desenvolvimento é possível categorizar as bacias hidrográficas segundo o índice de demanda por gestão, conforme quadro a seguir.

Demanda por Gestão Avançada

Bacias populosas, com alta pressão sobre os recursos hídricos e com comprometimento importante da disponibilidade ou da qualidade da água.

Demanda por Gestão Intermediária

Bacias populosas, com certa pressão sobre os recursos hídricos, porém sem comprometimento importante da disponibilidade ou da qualidade de água.

Demanda por Gestão Básica

Bacias com pouca pressão sobre os recursos hídricos, sem comprometimento da disponibilidade e da qualidade de água.

Amazônicas com Baixa Demanda por Gestão

Bacias com pouca pressão sobre os recursos hídricos, sem comprometimento da disponibilidade e da qualidade de água.

Litorâneas Abaixo de 25 mil km²

Bacias com baixo potencial de desenvolvimento institucional, a gestão dessas bacias seria delegada aos estados, associadas a bacias vizinhas ou teriam ações específicas (marco regulatório, p.e.).

Atuação prioritária em 2022 será nas bacias hidrográficas que demandam gestão intermediária e avançada, a saber:

Demanda por Gestão Avançada

Paraíba do sul
Piracicaba Capivari Jundiá (PCJ)
São Francisco
Paranapanema
Paranaíba
Grande

Demanda por Gestão Intermediária

Uruguai
Tocantins-Araguaia
Doce
Piancó-Piranhas-Açu
Pardo
Iguaçu

Áreas de Interesse para Operação de Reservatórios e Eventos Críticos

Sistemas Hídricos Locais

Os sistemas hídricos locais, que congregam reservatórios, trechos de rio ou mesmo pequenas bacias hidrográficas, demandam a conciliação de interesses diversos e, às vezes, conflitantes, em condições de escassez hídrica (seja ela por fatores climáticos temporários ou decorrente do balanço hídrico desfavorável). A gestão é feita por meio de regras de alocação de água com os usuários envolvidos, o estabelecimento de marcos regulatórios e a delegação da regulação para os estados envolvidos. Para hierarquizar os sistemas hídricos locais, foram usados atributos relativos ao estado de implementação da regulação em cada sistema e à relevância do conflito.

A atuação prioritária da ANA em 2022 será nos seguintes Sistemas Hídricos Locais:

Sistemas Hídricos Locais



A escolha de prioridade para atuação entre os sistemas hídricos considerados de interesse, na perspectiva da operação de sistemas hídricos e da gestão de eventos hidrológicos críticos, considera os seguintes critérios:

- População atingida por eventual desabastecimento de sistemas de produção de água.
- Histórico de risco e vulnerabilidade a eventos hidrológicos críticos.
- Sistemas integrantes do Plano Anual de Prevenção de Cheias (PAPC).
- Número, relevância e impacto das atividades econômicas potencialmente afetadas.
- Abrangência territorial.

Os sistemas hídricos listados a seguir são considerados prioritários do ponto de vista da definição do acompanhamento de condições de operação e da gestão de eventos hidrológicos críticos. Entre o conjunto de sistemas que atende aos 5 critérios de eleição anteriormente expostos, a lista reúne aqueles que mais fortemente correspondem a um ou mais dos parâmetros de priorização, sem definir hierarquia entre os sistemas:

- Sistema Hídrico do São Francisco
- Bacia do rio Paraíba do Sul
- Sistema Hídrico do Tocantins
- Bacia do rio Pardo (MG/SP)
- Bacia do rio Paranapanema
- Sistema Cantareira
- Trecho da bacia do rio Madeira (influenciado pelos reservatórios de Santo Antônio e Jirau)
- Hidrovia Tietê-Paraná
- Bacia do rio Doce

Alocação de Recursos 2022

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		PROJETOS E CONTRATOS VIGENTES		PROJETOS E CONTRATOS EM CONTRATAÇÃO		NOVOS PROJETOS		TOTAL
OE 1	EVENTOS CRÍTICOS	R\$ 1.765.900	+	-	+	-	=	R\$ 1.765.900
OE 2A	REGULAÇÃO DE USO	R\$ 4.777.732	+	R\$ 3.067.265	+	R\$ 2.820.000	=	R\$ 10.664.997
OE 2B	REGULAÇÃO DE SERVIÇO	-	+	-	+	R\$ 18.800.000	=	R\$ 18.800.000
OE 3	DADOS E INFORMAÇÕES	R\$ 57.579.787	+	R\$ 14.634.557	+	R\$ 3.870.000	=	R\$ 76.084.344
OE 5	COMUNICAÇÃO	R\$ 1.556.884	+	R\$ 2.123.829	+	R\$ 1.901.000	=	R\$ 5.581.713
OE 6	GESTÃO INTEGRADA E PLANEJADA	R\$ 2.701.984	+	R\$ 6.402.653	+	R\$ 8.620.000	=	R\$ 17.724.637
OE 7	SINGREH	R\$ 33.626.231	+	R\$ 750.179	+	R\$ 4.324.560	=	R\$ 38.700.970

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		PROJETOS E CONTRATOS VIGENTES	+	PROJETOS E CONTRATOS EM CONTRATAÇÃO	+	NOVOS PROJETOS	=	TOTAL
OE 8	GOVERNANÇA	-	+	-	+	R\$ 72.997	=	R\$ 72.997
OE 10	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 46.859.292	+	R\$ 3.825.727	+	R\$ 4.100	=	R\$ 50.689.119
OE 11	PESSOAL	R\$ 1.155.592	+	-	+	-	=	R\$ 1.155.592
OE 13	INOVAÇÃO	R\$ 7.631.644	+	R\$ 12.529.198	+	R\$ 11.051.000	=	R\$ 31.211.842
TOTAL		R\$ 157.655.046		R\$ 43.333.408		R\$ 51.463.657		R\$ 252.452.111

Agenda Regulatória 2022-2023

Os temas que irão compor a Agenda Regulatória para o biênio 2022/2023 serão submetidos a consulta pública.

EIXO TEMÁTICO	TEMA	PRAZO PREVISTO	UORG
Regulação de usos e operação de reservatórios	Definição das condições de operação de sistemas hídricos prioritários: Paranapanema, Paranaíba e Rio Grande.	2º semestre/2022	SOE
	Alocação integrada rio/aquífero no rio Caririnha (MG/BA).	2º semestre/2023	SIP
	Atualização dos normativos relativos à outorga de uso de recursos hídricos e procedimentos de DRDH.	2º semestre/2022	SRE
	Definição de procedimentos para suspensão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.	1º semestre/2022	SRE e SFI
	Definição de regras de uso da água em 9 sistemas hídricos locais: Epitácio Pessoa, Sumé, Poço do Magro, Bocaina, Ingazeiras, rio Javaés, Bálsamo, Marechal Dutra e Zabumbão.	2º semestre/2022	SRE
	Procedimentos para o enquadramento de corpos d'água em classe transitória.	2º semestre/2022	SPR e SRE
Segurança de barragens	Alteração dos normativos relacionados à Segurança de Barragens: Resolução nº 236/2017.	1º semestre/2022	SRE
Regulação de serviços	Alteração dos normativos relacionados à regulação de serviços do PISF: regulamentação da revisão, ajuste tarifário, prestação de serviço e acesso para o usuário independente.	1º semestre/2022	SRE
Fiscalização	Procedimentos de fiscalização de usos e de segurança de barragens: atualização da Resolução ANA nº 24/2020 e definição da dosimetria de multas.	2º semestre/2022	SFI
	Atualização da regulamentação de monitoramento de usuários de recursos hídricos, por meio de Declaração Anual de Usos de Recursos Hídricos - DAURH.	2º semestre/2023	SFI
	Procedimentos para fiscalização do PISF e outros sistemas adutores.	2º semestre/2022	SFI
Normas de referência para o saneamento	Procedimento transitório de monitoramento das normas.	1º semestre/2022	SRS
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para água e esgoto.	1º semestre/2022	SRS
	Diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgoto.	1º semestre/2022	SEC

EIXO TEMÁTICO	TEMA	PRAZO PREVISTO	UORG
Normas de referência para o saneamento	Indenização de ativos para água e esgoto.	1º semestre/2022	SEC
	Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação.	1º semestre/2022	SRS
	Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e accountability.	2º semestre/2022	SRS
	Matriz de riscos de contratos para água e esgoto.	2º semestre/2022	SEC
	Procedimentos para mediação e arbitragem.	2º semestre/2022	SEC
	Condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos.	2º semestre/2022	SRS
	Critérios para a contabilidade regulatória privada para os serviços de água e esgotos.	1º semestre/2023	SEC
	Estrutura tarifária para água e esgoto.	1º semestre/2023	SEC
	Padronização dos contratos de concessão para água e esgoto.	2º semestre/2023	SRS
	Diretrizes para definição de modelo de regulação de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	2º semestre/2023	SRS
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para resíduos sólidos urbanos.	2º semestre/2023	SRS
	Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência.	2º semestre/2023	SRS
	Reajuste tarifário para água e esgoto.	2º semestre/2023	SEC
	Condições gerais prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança, dos serviços de água e esgotos.	2º semestre/2023	SRS
Monitoramento hidrológico	Revisão da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 3/2010.	1º semestre/2022	SGH
	Implantação de monitoramento obrigatório pelos usuários de recursos hídricos detentores de outorga emitida pela ANA.	2º semestre/2023	SGH
Planejamento e informação de recursos hídricos	Zoneamento da Região Hidrográfica do Paraguai para fins de implantação de aproveitamentos hidrelétricos.	1º semestre/2023	SPR
	Orientações para o monitoramento de sistemas de abastecimento estratégicos identificados no Atlas Águas.	2º semestre/2022	SPR
Implementação da PNRH	Aprimoramento dos processos e do modelo de governança das Entidades Delegatárias: prestação de contas dos contratos de gestão e Manual operativo dos contratos de gestão.	2º semestre/2022	SAS e SAF
	Delegação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.	2º semestre/2023	SAS

Monitoramento da Estratégia

A Política de Governança da ANA estabelece os procedimentos para o monitoramento da estratégia que se dará de forma contínua e em diferentes dimensões:

- **No nível estratégico**, o monitoramento será feito por meio dos indicadores, apurados anualmente ou bianualmente, conforme o caso, consolidados no relatório de gestão anual e relatório de atividades e em painel interativo;
- **No nível tático**, o monitoramento será feito pelo acompanhamento dos resultados das iniciativas, apurados quadrimestralmente, consolidados no relatório de avaliação da estratégia, que contém o desempenho e as evidências de cada meta, além disso o desempenho pode ser visualizado com diferentes filtros em painel interativo; e
- **No nível operacional**, o monitoramento será feito pelo acompanhamento da execução orçamentária que será apurada mensalmente ou em menor período quando necessário, consolidado em notas orçamentárias e em painel interativo.

Todos os relatórios, notas, indicadores e painéis interativos encontram-se disponíveis no Portal de Governança da ANA. <http://bit.ly/Portaldegovernanca>

O monitoramento nas diversas dimensões e com os respectivos instrumentos garante a transparência, o alinhamento institucional e o engajamento das diversas áreas para o alcance dos objetivos estratégicos.



Plano de Comunicação Integrada da ANA

Comunicar de forma didática as atribuições da ANA em recursos hídricos, saneamento básico e segurança de barragens para os públicos interno e externo de modo a destacar que

#AÁguaÉUmaSó.

EIXOS		EXEMPLOS DE AÇÕES
<p>APERFEIÇOAR Práticas, rotinas e ferramentas de trabalho</p>		<p>Promover ações relativas à chegada da nova diretoria Atualizar manual de eventos e cerimonial</p>
<p>DIVULGAR O trabalho da ANA e suas competências</p>		<p>Divulgar estudos produzidos pela ANA</p>
<p>ENGAJAR Público interno e externo na missão da ANA</p>		<p>Divulgar e produzir prêmio ANA Engajar público interno e externo em ações estratégicas da ANA</p>
<p>INOVAR Contribuir para o futuro das águas do Brasil</p>		<p>Inovar e ampliar a atuação da ANA nas redes sociais</p>

Lista de Siglas

ABC/MRE - Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores	OUV – Ouvidoria	SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
AHE – Aproveitamento hidrelétrico	PAINT - Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna	SIP - Superintendência de Implementação de Planos, Programas e Projetos
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.	PDC – Plano de Desenvolvimento de Competências do SINGREH	SNIRH - Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
ASCOM - Assessoria Especial de Comunicação Social	PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
ASINT – Assessoria Especial Internacional	PEI – Planejamento Estratégico Institucional	SOE - Superintendência de Operações e Eventos Críticos
ASMEA - Assessoria Especial de Metodologias e Avaliação	PEN – Processo Eletrônico Nacional	SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Acervos
ARR – Avaliação do Resultado Regulatório	PISF – Projeto de Integração do São Francisco	SPR - Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
AUD - Auditoria Interna	PGA – Plano de Gestão Anual	SRE - Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos
CEDOC -Coordenação do Centro de Documentação	PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos	SRS - Superintendência de Regulação de Serviços
CGU – Controladoria-Geral da União	PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens	STI - Superintendência de Tecnologia da Informação
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos	POC – Processos e Operações Continuadas	TCU – Tribunal de Contas da União
CODIA - Conferência de Diretores Ibero-americanos da Água	PROCOMITÊS - Programa Nacional de Fortalecimento	TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
COR - Corregedoria	PRODES – Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas	UF - Unidade da Federação
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas	UORG – Unidade Organizacional
DeclaraÁgua - Aplicativo que monitora o uso da água bruta de corpos hídricos	QUALIÁGUA - Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água	UHES – Usinas Hidrelétricas
DAURH - Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos	REGLA – Sistema Federal de Regulação de Uso	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
DIREC - Diretoria Colegiada da ANA	RHN - Rede Hidrometeorológica Nacional	USACE – Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos
GGES - Gerência-Geral de Estratégia	RHNR - Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência	USGS – Serviço geológico dos Estados Unidos
HIDRO – Sistema de Informações Hidrológicas	SAF - Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	
IE – Iniciativa Estratégica	SAR - Sistema de Acompanhamento de Reservatórios	
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	SAS - Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	SES - Sistema de Esgotamento Sanitário	
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional	SEC – Superintendência de Regulação Econômica	
MoU - Memorandum of Understanding	SFI - Superintendência de Fiscalização	
NPGB - Nível de Perigo Global da Barragem	SGE – Secretaria-Geral da ANA	
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	SGH – Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	
OCTA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	SHL - Sistemas Hídricos Locais	
ODS 6 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Água potável e saneamento	SIN - Sistema Interligado Nacional	
OGERH - Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos		